

Fascismo e Nazismo nas páginas de A Ordem

Thiago Amado¹

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v17i48.69709>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as maneiras através das quais a revista *A Ordem* tratou dos temas relacionados ao fascismo e ao nazismo. Tomando por base um periódico de alta relevância para o mundo católico brasileiro, a análise busca apreender as formas como as demandas deste mundo foram pensadas em relação aos regimes italiano e alemão. O objetivo aqui é recuperar um dos meios pelos quais a discussão entre catolicismo e fascismo apareceu no Brasil, com suas consequentes tensões e embates, além de suas variações ao longo do tempo. Tendo em vista esta finalidade, o texto aborda o período compreendido entre o ano de 1929, quando Mussolini e Pio XI assinam o Pacto de Latrão, e o ano de 1939, quando as alianças entre Itália e Alemanha alteram substancialmente o panorama interpretativo. Ao final, espero evidenciar as complexidades e nuances que orientaram as interpretações de católicos brasileiros frente ao nazifascismo

Palavras-chave: A Ordem; Igreja Católica; Catolicismo; Fascismo; Nazismo.

Fascism and Nazism on the pages of A Ordem

Abstract: This article aims to analyze the ways in which the magazine *A Ordem* dealt with themes related to fascism and nazism. Based on a periodical of high relevance for the Brazilian catholic world, the analysis seeks to apprehend the ways in which the demands of this world were thought in relation to the Italian and German regimes. The aim here is to recover one of the means by which the discussion between catholicism and fascism appeared in Brazil, with its consequent tensions and clashes, in addition to its variations over time. For this purpose, the text covers the period between 1929, when Mussolini and Pius XI signed the Lateran Pact, and the year 1939, when alliances between Italy and Germany substantially altered the interpretive landscape. In the end, I hope to highlight

¹ Thiago Amado é historiador. Possui mestrado em História pela Unicamp e doutorado em História pela USP. É autor de *A Nação Despertou?: O Integralismo e sua cenografia, 1932-1937* e de *Para a Glória de Deus e da Nação: o Integralismo, a Igreja Católica e o Laicato no Brasil dos anos 1930*.

the complexities and nuances that guided the interpretations of Brazilian Catholics in the face of fascism and Nazism.

Keywords: A Ordem; Catholic Church; Catholicism; Fascism; Nazism.

Fascismo y nazismo en las páginas de A Ordem

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar las formas en que la revista *A Ordem* abordó temas relacionados con el fascismo y el nazismo. Basado en un periódico de gran relevancia para el mundo católico brasileño, el análisis busca comprender las formas en que se pensaron las demandas de este mundo en relación a los regímenes italiano y alemán. El objetivo aquí es recuperar una de las formas en que surgió la discusión entre catolicismo y fascismo en Brasil, con sus consecuentes tensiones y enfrentamientos, además de sus variaciones en el tiempo. Con este objetivo, el texto aborda el período comprendido entre 1929, cuando Mussolini y Pío XI firmaron el Pacto de Letrán, y 1939, cuando las alianzas entre Italia y Alemania alteraron sustancialmente el panorama interpretativo. Al final, espero resaltar las complejidades y matices que guiaron las interpretaciones de los católicos brasileños frente al fascismo nazi.

Palabras clave: A Ordem; Iglesia Católica; Catolicismo; Fascismo; Nazismo.

Recebido em 21/09/2023- Aprovado em 31/12/2023

Introdução

A ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha gerou apreensões em escala mundial. Para além de suas especificidades nestes países, a existência do fascismo como fenômeno político foi sentida como marco global. A presença de movimentos análogos por todo o planeta fez nascer debates sobre sua viabilidade como alternativa política, capaz de responder tanto ao descrédito do liberalismo quanto ao avanço da esquerda. Embora conteúdos nacionais nunca tenham sido abandonados, a estrutura ideológica fascista serviu de referência em diversos países. Ainda que com adaptações, variações e especificidades, o fascismo apareceu como opção para um novo mundo, uma nova forma de organização política².

A visão do fascismo como novo paradigma civilizacional se espalhou. Sua suposta capacidade de inaugurar nova era fez com que diversos atores sociais, em lugares igualmente diversos, se colocassem a discuti-lo. Os casos italiano e alemão foram alvo da atenção de expectadores ao redor do mundo todo. Também no Brasil, vários grupos

² Balanço muito bem fundamentado sobre o surgimento, organização e desenvolvimento dos fascismos pode ser encontrado na obra de Robert Paxton. Ver: (PAXTON, 2007).

sociais examinaram o fascismo como possibilidade política efetiva, observando os caminhos trilhados por Mussolini e Hitler como referências para suas reflexões. Fosse entre políticos, intelectuais, juristas, jornalistas, empresários, trabalhadores ou imigrantes, o desenrolar dos acontecimentos na Itália e na Alemanha adquiriu cada vez mais relevância. O fascismo estava, de fato, na pauta da vida política brasileira.

Em meio aos tantos grupos envolvidos no debate havia um conjunto de intelectuais católicos. Mobilizados pelo esforço de reorganização da Igreja frente à sociedade, esses intelectuais haviam se reunido, na década de 1920, em torno do Centro D. Vital, e se engajado em movimento conhecido como “renovação espiritual”³. A tarefa dos pensadores leigos era auxiliar a instituição eclesiástica no projeto de “recatolicizar a sociedade”, o que implicava combater o Estado laico republicano e as formas menos ortodoxas de vivência da religião. Por se envolver com as causas da Igreja, participaram ativamente das discussões políticas do momento. A disposição em defender os princípios de sua religião no debate público os levou à criação do periódico *A Ordem*. Fundada em 1921 por Jackson de Figueiredo, a revista se tornou logo referência para os católicos brasileiros. Nas palavras de Riolando Azzi: “tornou-se o órgão difusor das ideias do movimento, propugnando com todas as forças o princípio da autoridade” (AZZI, 2003, p.12). Seguiu o mesmo catolicismo ultramontano de seus idealizadores, expresso já em seu nome. A despeito de sua periodicidade irregular e de seus problemas de financiamento, dificuldades cada vez mais contornadas com o passar do tempo, sua relevância ao longo das décadas de 1920 e 1930 foi notável⁴. Não só era capaz de esclarecer as propostas católicas como também servia de farol para publicações menores. Variada como era, abrigou textos diversos. Análises políticas foram frequentes. Tanto o cenário nacional quanto o internacional foram abordados. Em meio a tantos temas discutiu, também, o fascismo.

³ O movimento ficou conhecido pelos vários nomes de “renovação espiritual”, “restauração católica” e “neocristandade”. Era tentativa da Igreja de se reinventar enquanto instituição para ampliar sua influência junto à sociedade e à política. Em certa medida, tratava-se de resposta às novas formas de secularização trazidas pela modernidade. Possuía aspecto transnacional, espalhando-se ao redor do globo. No Brasil, seu documento fundador foi a Carta Pastoral Saudando a Arquidiocese de Olinda e Recife, escrita por D. Sebastião Leme em 1916. Também no Brasil, o Centro D. Vital foi certamente a expressão mais bem-acabada do movimento. A bibliografia sobre o movimento (ou que, de alguma maneira, o aborda) é ampla. Para ficar em alguns exemplos clássicos, poderia citar (ROMANO, 1979); (KRISCHE, 1979); (ALVES, 1979); (DIAS, 2001); (MICELI, 2009); (ARDUINI, 2014); (MOURA, 2015).

⁴A Revista *A Ordem* era ligada diretamente ao Centro Dom Vital e se tornou relevante canal de divulgação das ideias do movimento de restauração católica, além de importante meio de agregação da intelectualidade católica. Ampla bibliografia aborda o tema. A respeito, ver, por exemplo: (VELOSO, 1978); (RODRIGUES, 2007); (COSTA, 2010).

O debate sobre o fascismo apareceu na revista de forma muito particular. Embora não fosse grupo politicamente homogêneo, o comprometimento dos intelectuais de *A Ordem* com as demandas da instituição eclesiástica os unia. A partir dela organizavam seu raciocínio, sua agenda. O cerne de suas reflexões dizia respeito ao papel da Igreja no mundo, com as consequentes interações entre as esferas espiritual e temporal. O alcance dos domínios das esferas sustentava as interpretações do político: atividade de avaliação dos espaços possíveis de poder, com suas combinações, acomodações, limites. O fato de se colocarem a serviço da Igreja fazia com que atuassem orientados por sua doutrina: escreviam em revista católica e como católicos pensavam suas questões. Foi tendo a doutrina eclesiástica por referência que os acontecimentos na Itália e na Alemanha foram interpretados. Tanto o caso italiano quanto o alemão foram ponderados a partir de suas relações com o pensamento, programa e reivindicações do catolicismo: exercício interpretativo que fundamentou os julgamentos do periódico sobre aqueles regimes.

Embora catolicismo ultramontano e fascismo fossem distintos, possuíam interfaces. Para Hobsbawm (HOBSBAWM, 2013, p.118), “um ódio comum pelo Iluminismo do século XVIII, pela Revolução Francesa e por tudo o que na sua opinião dela derivava: democracia, liberalismo, e, claro, mais marcadamente, o ‘comunismo ateu’”, era o que unia a Igreja aos fascistas. Se fascismo e catolicismo não eram idênticos, tampouco eram radicalmente incompatíveis. Ambos desprezavam a democracia, combatiam inimigos comuns e, em alguns momentos, emprestavam uns aos outros sua força e prestígio. Ainda assim, suas ligações eram fruto de negociações constantes e nem sempre fáceis. Atritos consideráveis e determinantes surgiram a partir das diferenças entre Mussolini, Hitler e a Igreja. As direitas eram várias e, se estavam unidas por um lado, divergiam por outros.

São esses fluxos e influxos que marcam as páginas de *A Ordem*. As próximas linhas se dedicam à recuperação das convergências e divergências entre a visão católica da revista e os acontecimentos na Itália e Alemanha e tem como objetivo esclarecer uma dentre as tantas maneiras como o fenômeno fascista entrou em discussão no Brasil.

O Fascismo Italiano

As primeiras aparições significativas do fascismo italiano em *A Ordem* datam da assinatura do *Tratado de Latrão*, em 1929. Isso não significa que a história das relações entre Mussolini e a instituição eclesiástica tivessem começado aí: o Tratado era o resultado de processo mais longo, que remonta aos primeiros tempos do fascismo. Quando surgiu na cena política italiana, o movimento apresentava programa abertamente anticlerical. Constavam dele itens como o confisco de bens da Igreja, com a consequente

diminuição de seu poder institucional e influência social (PAXTON, 2007, p.17). Mussolini era ateu convicto e em várias ocasiões havia declarado sua não crença. Essa oposição frontal à instituição eclesiástica se alterou ao longo do tempo. Segundo John Pollard, desde o começo dos anos 1920, Mussolini “fez cada vez mais gestos oportunistas em direção aos elementos do establishment italiano – forças armadas, monarquia, grupos de negócios e a Igreja – sem o que ele não teria esperança de chegar ao poder e lá permanecer” (POLLARD, 2011, p.142). O caminho para o poder passava pela negociação com as forças conservadoras: em país de grande maioria católica, que sediava a instituição eclesiástica, a necessidade de acordo com a Igreja se tornou fundamental.

Isso explica que as pautas mais radicalmente anticlericais do movimento tenham sido abandonadas em nome de acordos tácitos com a Igreja. O conteúdo contrário ao catolicismo não foi ignorado: parte dele subsistiu no regime fascista, sobretudo em meio às suas lideranças mais antigas. Mesmo assim, não foi suficiente para inviabilizar contatos com a instituição. As convergências permitiram, em um primeiro momento, administrar obstáculos mais fortes para conciliação, ou ao menos mantê-los sob controle. O anticomunismo católico e sua ojeriza ao Iluminismo ajudaram na aproximação. O próprio Mussolini, que tantas vezes havia se queixado da Igreja, se submeteu a seus rituais principais: casou-se em 1925 com Rachele Guidi e posteriormente batizou seus filhos (PAXTON, 2007, p.229). Simbólicas, as medidas evidenciam as concessões através das quais a aliança entre a Igreja e o regime fascista foi construída.

O Tratado de Latrão é parte do processo. Assinado em 11 de fevereiro de 1929, sete anos após a Marcha sobre Roma, seu conteúdo criava o Estado do Vaticano, indenizava parcialmente a Igreja pelas terras perdidas e declarava o catolicismo como religião oficial do povo italiano. A partir dele, imaginava-se que os confrontos entre o mundo espiritual e temporal estavam sanados. As dificuldades pareciam superadas e uma cooperação se iniciava.⁵ A repercussão internacional da assinatura do documento foi imediata. *A Ordem* tratou de noticiá-la com entusiasmo. Já em março, o texto de um dos articulistas mais importantes do periódico, o responsável pela cobertura internacional, Perillo Gomes, destacava a importância do documento. Através do artigo, a Igreja e Mussolini eram aproximados sem constrangimentos:

⁵A assinatura do Pacto estava baseada na doutrina expressa na encíclica *Immortale Dei*, escrita por Leão XIII em 1885. O texto papal estabelecia a necessidade de colaboração entre as esferas espiritual e temporal. Tal colaboração permitiria à Igreja se relacionar com qualquer tipo de regime (monarquia, democracia, ditadura) que soubesse respeitar as garantias fundamentais da instituição. Durante a primeira metade do século XX, a tese da encíclica se tornou referência para a política eclesiástica. Sua proposta de adaptação serviu de norte não só para a assinatura de concordatas nos mais diferentes países, mas também nas relações gerais com os Estados e partidos. A respeito, ver: CARVALHO, 2001.

Por seu lado o Sr. Benito Mussolini deu provas de um espírito de ponderação e tenacidade à altura das circunstâncias; de modo que a vitória com que engrandeceu o seu nome e o da Itália, foi uma justa compensação aos seus esforços e uma alta consagração ao seu gênio político. A Santa Igreja sai resplandecente de glória desse triunfo que alcançou como prêmio de sua fidelidade a Jesus Cristo. E o Santo Padre Pio XI, que pessoalmente orientou todos os passos da grande jornada, ficará com o seu nome escrito na galeria dos maiores Papas que ilustram a história do Catolicismo. O movimento é de imenso desafogo e de santas e intensas alegrias para a alma católica do mundo inteiro (GOMES, 1929, p. 408).

O tom elogioso em relação ao Tratado permaneceu por muitas edições. As descrições do regime de Mussolini passaram a ser tomadas de grande simpatia. Após viagem à Europa, o mesmo Perillo Gomes (GOMES, 1930, p. 146) relatou que, na Itália, havia “crescente prestígio da Igreja sobre as elites intelectuais e governantes”, fato comprovado pela “volta ao regime de união entre os poderes temporais e espirituais”. Em outro momento, o periódico reproduziu artigo do *Jornal do Comércio* dedicado à figura de Pio XI. Após apresentar as diversas Concordatas assinadas por ele como fruto de sua astúcia diplomática, dá destaque ao acordo italiano, obra “já de si grandiosa”, que teria eliminado o “velho dissídio que separava as duas partes desde 1870”. Graças à “bondade de um Padre, a sabedoria de um rei e o gênio de um estadista”, dizia o artigo, a “Itália voltava a Deus e Deus à Itália”. (A ORDEM, 1930, p.175)

A relevância do Pacto foi destacada na revista. Em alguns momentos, seus textos explicaram os termos do acordo, apresentando a nova posição que a Igreja atingira a partir dele. Em um deles, o diplomata Hildebrando Accioly (ACCIOLY, 1930) analisou os desdobramentos jurídicos do documento, com suas implicações para o direito internacional. Segundo Accioly, o tratado de 1929 vinha corrigir o problema da perda da soberania papal, pondo termo definitivo ao conflito entre governantes italianos e Igreja. Após citar positivamente vários artigos do documento, salientava a criação do Estado do Vaticano, que havia estabelecido juridicamente a “personalidade internacional da Santa Sé, ou do seu chefe, o papa.” Embora ele mesmo afirmasse que tal personalidade não derivava do Tratado de Latrão, já que era fruto da soberania espiritual inerente à Igreja, reconhecia que o documento lhe havia dado a “base material”, concedido “garantia de

direito público capaz de lhe assegurar a completa independência” (ACCIOLY, 1930, p.211).

O Tratado latreano, argumentava, dera operacionalidade jurídica à Santa Sé, oferecendo a garantia formal que ela queria. A doutrina da *Immortale Dei* rendia um de seus maiores frutos. O Pacto não só criava o Estado do Vaticano como regulava as interações entre a instituição eclesiástica e o regime fascista no território italiano. Fascismo e catolicismo podiam se acomodar, com dividendos para ambos: se por um lado a Igreja estava impedida de se intrometer na vida política, por outro o regime assegurava o respeito às suas prerrogativas espirituais, deixando aberto a ela o caminho para sua missão de salvadora das almas⁶. Se é evidente que o Tratado não encerrou todas as tensões, é inegável seu aceno de conciliação: através dele, fiéis católicos do mundo todo eram chamados a acatar a autoridade do líder fascista como legítima, chamado ao qual a revista *A Ordem* assentiu.

Parece fora de dúvida que o Tratado inaugurou uma espécie de “era de ouro” para os católicos da revista. É inegável o acolhimento positivo da iniciativa e o consequente clima de entusiasmo com o regime italiano. As garantias do documento, pensava-se, manteriam os ímpetus totalitários do regime sob controle: conteriam sua ânsia por domínio absoluto, freariam sua radicalização e, consequentemente, o estabilizariam⁷. Imaginava-se que, através do Pacto, o regime, domando seu totalitarismo,

⁶É válido destacar, aqui, as considerações de Roberto Romano quanto aos procedimentos de análise da Igreja Católica. Salienta ele que a teologia, e a doutrina a qual ela dá origem, devem ser considerados como elementos estruturantes da análise e não mero aporte ideológico (no sentido vulgar, de falseamento do real), para interesses de outra ordem. Como ele esclarece, é preciso evitar “deixar-se perder o significado da doutrina católica quando ativada pela Igreja como força instituinte de sua prática no plano espiritual e secular, de seu programa próprio de dominação social” (ROMANO, 1979, p.19). Neste sentido, considero que o projeto de salvação das almas, de busca das consciências, é o que fundamenta seu programa religioso e político no período selecionado para análise. Para outro trabalho, onde desenvolvo esta argumentação com mais vagar, ver (AMADO, 2019).

⁷Um esclarecimento merece ser feito quanto ao emprego do conceito “totalitarismo”. Seguindo o raciocínio de Hannah Arendt, entendo por “totalitário”, em termos gerais, movimentos e regimes com forte atomização; mobilização constante de massas; presença de líder carismático; nacionalismo excessivo; partido único; polícia política; indistinção entre esferas pública e privada. Em síntese, regimes e movimentos moldados para o “domínio total”. Como a autora esclarece: “os movimentos totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual. Essa exigência é feita pelos líderes totalitários mesmo antes de tomarem o poder e decorre da alegação, já contida em sua ideologia, de que a organização abrangerá, no devido tempo, toda a raça humana”. Daí sua conclusão de que “a lealdade total” “é a base psicológica do domínio total” (ARENDT, 2014, p.454). Para efeitos de minha análise, emprego o conceito desta maneira, aplicando-o também ao fascismo italiano: dimensão não

manteria as prerrogativas da Igreja asseguradas, preservando-a como instituição encarregada da missão de salvar as almas.

A situação permaneceu assim até junho de 1931, quando Pio XI publicou nova encíclica: *Non Abbiamo Bisogno*. O texto papal tratava das perseguições à Ação Católica Italiana, que assistia aos ataques movidos por membros do partido fascista às suas organizações, principalmente as de juventude. Através dele, o pontífice denunciava as investidas para destruir parte das estruturas de educação e sociabilidade católicas, numa clara tentativa de substituí-las por outras, ligadas diretamente ao regime. Seu conteúdo explicitava com força aquela que era a maior divergência entre a instituição eclesiástica e o fascismo: a disputa pela direção das consciências. O problema era teológico: a Igreja precisava ter assegurada sua missão divina de salvadora das almas, o que exigia o reconhecimento de seus direitos institucionais no plano terreno, reconhecimento que muitos membros do regime não estavam dispostos a conceder. Não agradava a eles dividir com a Igreja o domínio sobre a sociedade: seus valores, condutas e organização. Os atritos vinham da natureza totalitária do fascismo: a busca pelo poder total tentava impedir, constantemente, a existência de espaços autônomos, não ligados diretamente ao regime, situação que inviabilizava acomodações estáveis com outros centros de sociabilidade e poder.

Ainda assim, e apesar do tom áspero, a encíclica trazia ambiguidades. Referia-se, por exemplo, ao “vivo e sincero reconhecimento” que a Igreja tinha em relação ao “que se tem feito nestes anos em benefício da religião.” Falava das “relações amistosas” entre a Santa Sé e o fascismo, que haviam levado a “um aumento de prestígio e de crédito, que a muitos na Itália e no exterior tem parecido excessivo o favorecimento e a confiança de nossa parte” (PIO XI, 1931). Embora o documento possuísse caráter de denúncia, mostrava aliança reconhecida como duplamente vantajosa: aliança que a Igreja queria manter, mas que via ameaçada pela radicalização fascista, demonstrada nos últimos acontecimentos.

A repercussão da *Non Abbiamo Bisogno* em *A Ordem* foi imediata. No mês seguinte à divulgação da encíclica, a revista publicou telegrama escrito por Alceu Amoroso Lima ao papa. O documento denunciava o “absolutismo orgulhoso e violento” do regime fascista, que desconhecia os “direitos de consciência” da “mocidade italiana”, e manifestava a solidariedade dos católicos do Centro Dom Vital ao Papa (GOMES, 1931a,

presente no livro de Arendt. Ajo assim por entender que nesta tentativa constante de estabelecer o domínio total se encontra a chave para compreender alguns dos embates entre o mundo católico e os fascismos, notadamente aqueles envolvendo a salvação das almas, a busca pelas consciências. É válido destacar que o conceito goza de abrangente fortuna crítica. Para tanto, ver balanço em (TRAVERSO, 2001). Para trabalho que matiza seu uso, criticando-o, ver (IOSURDO, 2006).

p.1931). A divulgação da encíclica causou alguma instabilidade na visão positiva que até então a revista sustentara em relação ao regime de Mussolini.

Em editorial, *A Ordem* se dispôs a avaliar mais detidamente o significado do documento papal. A nova situação em relação ao fascismo trazia questão já bastante antiga para a doutrina católica: a do convívio entre os poderes espiritual e temporal. Não por acaso, o artigo tinha o título de *Igreja e Estado: catolicismo e fascismo* (A ORDEM, 1931), e seu conteúdo demonstrava as maneiras pelas quais o Estado fascista estava usurpando parte do que se considerava ser os direitos da Igreja⁸. Fixando-se na filosofia de Gentile, o texto apontava o “absolutismo de Estado tal como o compreende o Fascismo, para o qual o indivíduo só existe como ‘criação do Estado’ e a Igreja só tem liberdade ‘dentro do Estado’”. A concepção era intolerável para a instituição eclesiástica. O problema tinha caráter teológico: posto que a soberania da Igreja provinha do mundo espiritual, seus direitos eram naturais. Eram direitos relacionados àquele mundo, inerentes a ela, e que não derivavam do Estado, do mundo temporal. A instituição eclesiástica reconhecia que, embora possuísem dimensão terrena, os seres humanos continham essência sobrenatural, pela qual ela deveria zelar, e, portanto, não podiam ter sua finalidade existencial reduzida à nação, excessivamente materialista. A crítica envolvia o totalitarismo fascista, em cujo centro estava a tentativa de estabelecer uma lealdade total (ARENDT, 2014, p.454). Mesmo assim, a conclusão não era menos ambígua que a de Pio XI:

Nosso dever, portanto, é reconhecer a incompatibilidade profunda entre a filosofia política fascista, ramo do monismo absolutista socializante dos nossos tempos, e ao mesmo tempo render homenagens aos altos serviços históricos prestados pelo mesmo à civilização. Esse dissídio mortal entre a benemérita missão histórica do fascismo e a desastrosa concepção doutrinária de sua filosofia política, é dos problemas mais graves de hoje em dia, na cooperação necessária das duas grandes forças da sociedade – a Igreja e o Estado. Se o fascismo fosse fiel à sua missão histórica, o que infelizmente se torna dia a dia mais duvidoso, poderia figurar na história como o salvador político da civilização

⁸ O fechamento das associações de jovens se chocava com as prerrogativas que a Igreja se atribuía em relação à educação. Segundo a doutrina católica, o monopólio da educação era direito natural dos pais, que o dividiam com a instituição eclesiástica, promovendo ligação quase orgânica no objetivo de zelar pelas consciências e salvar as almas. O documento que melhor sintetiza esta visão é a encíclica *Divini Illius Magistri*, publicada em dezembro de 1931.

cristã. Mas ao contrário, - como tudo desgrazadamente faz crer – se prosseguir na lógica diabólica dos seus falsos postulados filosóficos, passará em breve para a categoria de mais um napoleonismo efêmero, que Deus nos preserve de se converter apenas em um trágico episódio sangrento de suicídio da civilização burguesa (*A ORDEM*, 1931, p.71).

Ao separar os aspectos filosóficos fascistas mais radicais de sua “missão histórica e civilizacional”, o artigo criava dupla posição: por um lado os erros graves, porém reparáveis, e por outro os “grandes serviços” prestados. A condenação ao fascismo não era definitiva e total: havia espaço para diálogo e ajustes ocasionais. Ninguém poderia negar seus feitos no combate ao liberalismo, além de sua tentativa de resolver a questão social sem recorrer ao socialismo. Se alguns de seus postulados haviam gerado problemas entre o regime e a Igreja, ele era chamado a se reconciliar com ela no que tinham em comum. O fascismo era errante corrigível.

A aposta em controlar o totalitarismo fascista e, consequentemente, reposicionar o equilíbrio entre os poderes espiritual e temporal no interior do regime, se manteve. A notícia do quarto aniversário do Tratado de Latrão apontava nessa direção:

É verdade que entre os dois poderes (espiritual e temporal) hão surgido diferenças e dificuldades no citado período. Não ocultamos que precisamente a um ano e meio se verificou um grave incidente em suas relações. Mas é verdade também que o Governo italiano pode se inteirar da grave injustiça que estava sendo induzido a praticar contra a Igreja e consentiu em desfazer essa dissidia por meio de um acordo, que ambas partes estão cumprindo com lealdade. E não se teria chegado, certamente, a resultado tão feliz se os dois poderes teimassem em se manter um diante do outro como dois desconhecidos. (...) Não obstante o que se deduz do estudo da premente situação na península italiana é que a obra dos tratados de Latrão vai vencendo todos os obstáculos e que dela hão de resultar, no futuro, como hoje em dia, frutos de concórdia para a sociedade e estímulos de cordialidade nas relações da Igreja com o Estado Italiano (GOMES, 1933a, p. 901)

Mesmo que houvesse forte tensão, concentrada em torno dos limites de atuação dos poderes, o tom não era de condenação. Há, mesmo, tentativa de abrandar a crítica ao regime: em geral, o aspecto positivo não desaparece. A esperança no fascismo estava resguardada, embora viesse acompanhada por considerável dose de cautela. Era preciso atenção com o que se considerava ser os excessos do regime, com aquilo que nele havia de totalitário. O entendimento geral era de que o regime era reparável e a acomodação continuava possível.

De qualquer maneira, é inegável a mudança de tom. Basta contrastar o registro de aniversário do Tratado de Latrão acima com aqueles dos anos anteriores para verificar a modificação. O entusiasmo inicial dos católicos da revista com o fascismo sofreu abalo circunstancial, mas não deixou de existir. A *Non Abbiamo Bisogno* evidenciou as disputas entre o regime e a Igreja pelo domínio das consciências. Em mesmo movimento, o esforço para contorná-las e tornar a cooperação possível também ganhou destaque. A partir daí, os intelectuais católicos de *A Ordem* seguiram por trilha ambivalente: por diversas vezes aclamaram o regime e ao mesmo tempo fizeram ponderações a seu respeito. Mantiveram-se fiéis às pautas da Igreja, apontando o que entendiam ser os descaminhos do regime rumo a um totalitarismo que parecia obstaculizá-las sem, com isso, deixar de reconhecer o que consideravam ser as virtudes do fascismo.

Dentre tais virtudes, em posição de destaque, estava a maneira como o regime havia lidado com a “questão social”. A implementação do corporativismo na Itália foi elogiado na revista, pela primeira vez, em 1931. Na ocasião, San Tiago Dantas afirmaria a compatibilidade entre a organização do Estado corporativo italiano e a doutrina social cristã. Para ele, a substituição do princípio da luta de classes pela colaboração entre elas fazia do fascismo “o mais cristão entre os sistemas políticos modernos” (DANTAS, 1931, p.39).

É verdade que Dantas não tomava o corporativismo fascista como plena realização do projeto social católico. Faltava a ele a abertura para os valores morais, monopólios da Igreja. O fascismo ia apenas até certo ponto da transformação social: viabilizava alternativa social que ao mesmo tempo resolvia o desamparo liberal, interditava o caminho ao socialismo e mantinha a estrutura capitalista, mas não levava em consideração as finalidades transcendentais da pessoa. Daí que, “para a sociologia católica, todo o trabalho será o de exceder o finalismo fascista incorporando-lhe os demais elementos de sua própria fórmula” (DANTAS, 1931, p.39). À sociologia católica caberia ir além, consubstanciando aquilo que o fascismo não alcançava: as almas. Ainda que houvessem divergências substanciais quanto à manutenção dos sindicatos confessionais (MONTEIRO, 1937, p.428), a diluição da luta de classes tornava o sentido geral das propostas de organização social fascista e católica assemelhadas e, neste particular, a

proximidade não foi abalada nem mesmo pela publicação da encíclica *Non Abbiamo Bisogno* (GOMES, 1934a, p.78).

Antiliberalismo, anticomunismo e resolução da questão social estavam no cerne das contribuições que, entendia-se, o regime havia dado à civilização e, como tal, justificariam o apoio católico a ele. Ainda assim, havia a advertência geral de que, se a Igreja e seus órgãos leigos deveriam se manter em diálogo com o regime, também precisavam assegurar sua autonomia em relação a ele, o que significava preservar a independência da agenda da instituição eclesiástica. A pactuação só seria possível na medida em houvesse claro reconhecimento da salvaguarda do poder espiritual na Igreja.

O receio em relação à autonomia da instituição eclesiástica conviveu com a simpatia ao regime. Assim como a Igreja na Itália, as páginas de *A Ordem* podiam conciliar as situações. O jogo de fluxos e contrafluxos, de elogios abrangentes e ressalvas localizadas, permaneceu mais ou menos sob equilíbrio até o início de 1937, data a partir da qual as notícias passariam a ser menos generosas com o regime. O motivo: o alinhamento internacional cada vez mais intenso entre Mussolini e Hitler. Tal alinhamento representava perigo: indicava que os ímpetus mais totalitários do regime, aqueles que os católicos tentavam represar, encontravam maior vazão. As boas relações do fascismo com a Igreja estavam ameaçadas e o laço, que se mantinha em tensão constante, podia agora se esgarçar por completo.

O Nazismo

As relações da revista *A Ordem* com o nazismo foram mais tensionadas do que com o regime italiano. As acomodações entre as demandas católicas e Hitler pareciam ser mais custosas, embora não fossem impossíveis. Os atritos eram mais visíveis: o totalitarismo nazista era mais difícil de ser controlado. De maneira geral, o conflito orbitou em torno de dois temas: o nacionalismo e o racismo radicais do nazismo, menos propensos a respeitar as organizações da instituição religiosa. Antes mesmo que Hitler chegasse ao poder, em janeiro de 1933, os católicos de *A Ordem* já lançaram sobre ele olhares desconfiados. Em nota de 1931, Perillo Gomes (1931b, p.319) mencionava carta pastoral escrita pelos bispos da Baviera que condenava os nacional-socialistas por pretenderem “criar ali uma Igreja Católica independente da Santa Sé e dos dogmas da verdadeira fé católica.” Um ano depois, Osório Lopes publicou artigo sobre o assunto:

Frisam as autoridades eclesiásticas que nós, cristãos, católicos ‘nenhuma religião conhecemos baseada na raça’, que cada povo e cada raça devem ser trazidos ao pleno desenvolvimento de suas próprias perfeições dentro do

Império do Cristo Rei. E imperativamente: *‘Nós católicos abominamos a noção de uma igreja nacional. Católico significa universal. Um rebanho e um pastor abraçam o mundo todo; que esta é a ideia fundamental do reinado de Cristo solenemente proclamada diante de sua morte na cruz.’* A Igreja definiu-se de maneira a não deixar dúvida sobre a sua reprovação à política de Hitler, no aspecto em debate, pelo menos (LOPES, 1932, p.413).

Nacionalismo extremado e racismo antissemita eram dois dos fundamentos nazistas com os quais a instituição eclesiástica não poderia conviver. Eles a ameaçavam diretamente. Não só negavam a autonomia da Igreja enquanto instituição como cindiam de forma irreconciliável a humanidade, seu rebanho. O tom era de reprovação, ainda que a ressalva final permitisse certa ambiguidade. De qualquer maneira, a revista estava atenta às advertências que os clérigos alemães faziam. Seus articulistas partilhavam os perigos que o “extremismo nazista” oferecia. Os elogios à política intermediária do Zentrum, de cuja atuação dependeria o equilíbrio da política alemã e, consequentemente, do continente europeu, (GOMES, 1932, p. 227) mostrava que os católicos deveriam se manter contrários às investidas do movimento nazista em direção ao poder. Na medida em que resistissem, os católicos poderiam ser o fiel da balança.

Essa visão geral foi se alterando aos poucos, na medida em que Hitler chegava ao poder e institucionalizava seu regime. Os antagonismos com o nazismo não desapareceram, mas a oposição ferrenha foi dando lugar à tentativa de conciliação:

Aqui temos dito, já, que o advento do ‘racismo’ ao Poder, em Alemanha, não deve constituir, para nós outros católicos, motivos de grandes inquietações. Isto não significa que estejamos convencidos de que as promessas de Hitler, em relação à Igreja, sejam suficientes para que a opinião católica mundial descanse, definitivamente, em relação a seus temores pela sorte da Religião em terras germânicas. Por experiência sabemos que há sempre que vigiar, qualquer que seja as ideologias do homem de Governo. E seria um contrassenso que essa vigilância cedesse precisamente quando passa a vigorar, como doutrina de Estado, um credo tão absorvente como o que hoje domina em Alemanha, insaciável no seu programa de centralização, decidido a

imprimir seu cunho a toda manifestação de vida em suas fronteiras e... além. (...) (GOMES, 1933b, p. 453) ⁹.

Acatar e vigiar, eis o conselho da revista. Era preciso observar se Hitler de fato respeitaria as promessas que havia feito à Igreja. Apesar de notar a pretensão totalitária nazista, com seus consequentes riscos para a instituição eclesiástica, a atitude do líder nacional-socialista parecia indicar colaboração. A abertura para negociar Concordata com a Santa Sé acentuou a impressão. A aposta, mais uma vez, era que os católicos pudessem “aproximar-se de seus adversários e reduzi-los com as vicissitudes do mando comumente partilhadas no exercício do poder” (GOMES, 1933c, p.60). Agora que o nazismo havia se tornado regime, era preciso negociar com ele e, com isso, tentar refrear seu radicalismo: algum tipo de equilíbrio poderia ser buscado.

O processo de negociação inicial foi marcado por considerável expectativa. Embora houvesse confiança de que as relações se normalizariam, muitas tensões apareceram. Os artigos da revista o demonstram. No mesmo número de onde foi retirada a citação acima, aquela que se refere à aprovação cautelosa, há menção ao excesso de violência nazista. Embora o texto a justifique como contraposição à violência comunista na Alemanha, adverte: “esperemos, entretanto, que o governo alemão chegue ao termo de seus desígnios sem que tenhamos de lamentar desmandos de autoridade em relação aos que não merecem trato de rigor” (GOMES, 1933d, p.464). A violência era legítima quando aplicada ao inimigo certo, mas seu uso extensivo não poderia ser tolerado: em última instância ela era risco para a própria Igreja.

As admoestações ao racismo antissemita e ao nacionalismo exagerado não sumiram instantaneamente. Aliás, não sumiram nunca: permaneceram como constante, embora sua ênfase tenha variado. Poucos meses depois da ascensão de Hitler, *A Ordem* publicou a Carta Pastoral de D. João Maria, Bispo de Linz:

(...) Depois de tudo isso podemos fazer o juízo definitivo sobre o nacional-socialismo. O nacional-socialismo está viciado interiormente do falso conceito materialístico das raças, pelo nacionalismo anticristão, pela consideração nacionalista da religião, por um cristianismo meramente

⁹Um artigo anterior, no mesmo número da revista, afirmava que as “apreensões dos católicos” se justificavam em virtude do “absolutismo estatal” nazista e de seus confrontos com o Zentrum. Mesmo assim, assinalava que a votação do partido católico na Lei de Plenos Poderes e os discursos de Hitler no parlamento eram “fatos que induzem a concluir que, ao menos quanto ao presente, nada tem que temer do seu Governo, os católicos alemães” (GOMES, 1933f, p.447).

ilusório. Recusamos, portanto, o seu programa religioso. Todos os católicos convictos devem rejeitá-lo e condená-lo; pois se conforme a afirmação do Papa Pio XI, “é impossível ser ao mesmo tempo bom católico e bom socialista”, também é impossível ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro nacional-socialista. A ideia do verdadeiro nacionalismo tem certamente o seu valor, mas só enquanto estiver nos limites da ideia religiosa (...) (GFOLLNER, 1933, p.609).

Ainda que tenha sido escrito antes da ascensão de Hitler¹⁰, o documento era suficientemente firme em sua condenação ao nazismo. Nacionalismo e antissemitismo continuavam a ser os principais motivos do imbróglcio. Não era que fossem inerentemente maus. Ao contrário: ambos tinham seu valor. O problema era a forma com que o nazismo mobilizava os dois temas. A própria Carta Pastoral reconhecia o perigo representado pelo “espírito internacional judeu”: influência excessivamente materialista, capaz de fomentar tanto o liberalismo quanto o socialismo. Embora identificasse a “malignidade” de tal espírito e afirmasse que nada impediria o nazismo de combatê-lo, propunha que não se “acirre um antissemitismo racial por sua presunçosa divinização da raça ariana (...)” (GFOLLNER, 1933, p.609).

Há visível deslocamento: o problema em relação ao judeu não era racial, mas religioso. Era nesta esfera que deveria ser combatido. O antissemitismo racista do nazismo aparecia como questão teológica para a Igreja: ao encerrar o homem em sua dimensão biológica, subtraía dele seu lado espiritual. Considerados apenas como autômatos da natureza, os seres humanos estariam privados da transcendência. Uma vez tomados por inimigos objetivos¹¹, suprimia-se dos judeus aquilo que era essencial para a Igreja: a possibilidade da conversão ao catolicismo. O inimigo poderia ser o mesmo, e

¹⁰Originalmente a Carta foi publicada em 21 de janeiro de 1933.

¹¹O conceito de “inimigo objetivo”, como o emprego aqui, segue as definições de Hannah Arendt, para quem: “a principal diferença entre a polícia secreta despótica e a totalitária reside na distinção entre inimigo ‘suspeito’ e inimigo ‘objetivo’. Este último é definido pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema. Nunca é um indivíduo cujos pensamentos perigosos tenham de ser provocados ou cujo passado justifique suspeita, mas é um ‘portador de tendências’ como portador de uma doença. Na prática, o governante totalitário age como alguém que persistentemente insulta outra pessoa até que todo o mundo saiba que ela é sua inimiga, a fim de que possa – com certa plausibilidade – matá-la em autodefesa. É, sem dúvida, um método meio grosseiro, mas funciona, como o sabe quem quer que tenha visto como certos carreiristas bem-sucedidos eliminam os concorrentes” (ARENDT, 2014, p. 564).

sobre ele poderiam pesar sérias acusações, mas a forma de interpretá-lo divergia. Na medida em que atribuía características intrínsecas ao judeu, características raciais impossíveis de serem eliminadas sem que se eliminassem fisicamente seus portadores, o processo nazista de objetivação do inimigo negava aquela que era a missão da Igreja: salvar as almas. Enquanto para o clero católico o trabalho deveria ser o de conquistar a consciência dos judeus para a “verdadeira fé”, para salvá-los, os pressupostos nazistas insistiam na inutilidade desta empreitada: dado que nos judeus havia algo de inerentemente mau, eles deveriam ser apartados do convívio social e deixar de existir fisicamente. A diferença dos antissemitismos previa soluções diferentes para o problema.

O outro vetor do conflito, o nacionalismo exacerbado, também colocava em xeque tal definição. Em relação a ele, o Bispo de Linz afirmava: “a nação não é o que há de mais alto, e também o Estado não pode ser endeusado; o mais alto para cada nação é e será a religião” e completava: “um povo que deifica a ideia nacional adultera o conceito da verdadeira religião, que nunca é nacional, mas sobrenatural.” (GFOLLNER, 1933, p.603). Embora a Igreja reconhecesse no nacionalismo resultado da diversidade humana e visse no amor à pátria uma virtude, temia pela sua radicalização. O nacionalismo excessivo era tido por paganismo: sacralizava o Estado nacional, cultuando seu passado de forma transcendental, fazendo de seus heróis verdadeiros deuses e submetendo o poder espiritual a ele. A fusão entre Estado e nação racializada agravava o problema. Para a Igreja, embora o nacionalismo resultasse da variedade humana tal como instituída por Deus, havia, entre os homens, unidade. Todos faziam parte da mesma família, eram um só rebanho, pelo qual a Igreja deveria zelar. Daí que a proclamação nazista da superioridade nacional e do autoatribuído direito de dominar as demais nações fossem males a ser combatidos. As diversas nações deveriam conviver em harmonia, situação que poderia ser assegurada pela atuação supranacional da instituição eclesiástica. O universalismo católico era incompatível com o nacionalismo excessivo do nazismo: “anticristão”, “degenerado no materialismo” e disposto a nacionalizar a Igreja alemã.

O fato do texto do Bispo de Linz ter sido publicado em número posterior àquele em que se pedia aos católicos que orassem e vigiassem é sintomático das posições de *A Ordem*. Nos primeiros tempos, a tensão entre a condenação explícita e a pactuação com ressalvas parecem ter tomado conta da revista. Se o nacionalismo excessivo e o antissemitismo racial eram pontos substanciais de atrito, era preciso definir o quanto deles era tolerável, se poderiam ser contornados e corrigidos ou se deveriam ser abertamente confrontados. A assinatura da Concordata entre a Alemanha e a Santa Sé, em julho de 1933, apontou para a primeira posição. Mesmo após condenar o “absolutismo estatal”, um artigo da revista afirmava:

(...) Declaradas essas reservas, compreende-se que alguma palavra de simpatia que expressemos em favor do “Fascismo” e do “Racismo” está despida de qualquer inclinação partidária. E nem por isso deve ser menos estimada. Quanto ao racismo, por exemplo, vem a propósito assinalar certos fatos auspiciosos com que Hitler está marcando a atuação do seu partido. Apenas se consolida sua situação na vida pública alemã, seu maior esforço se dirige no sentido de refrear as correntes extremistas do partido dando por concluída a fase revolucionária e indicando a aplicação de sua atividade em obra construtora. (...) Com uma Concordata que satisfaz à Santa Sé, e com a restituição da liberdade às Igrejas evangélicas, descarta de seu Governo os embaraços de uma questão religiosa (...) (GOMES, 1933e, p.794).

A Concordata permitiria vislumbrar aceno de colaboração: tal como no caso italiano, entendia-se que as atitudes do líder nazista apontavam para “normalização” em suas relações com a instituição eclesiástica. O atendimento às demandas de educação religiosa e de proteção às atividades da Ação Católica parecia deixar aberto à Igreja o caminho para a conquista das consciências e salvação das almas. O poder espiritual católico poderia se acomodar com o poder temporal nazista: ainda que suas tensões permanecessem, as divergências se tornavam correções pontuais.

De qualquer forma, esse equilíbrio não era tão simples e confortável. A revista se opôs à lei de esterilização (GOMES, 1934b, p.74) e criticou a forma “primitiva”, “bárbara” e “indigna” com que se haviam realizado os expurgos de julho de 1934, ainda que tenha advertido que “nada temos a objetar ao direito de Hitler de manter-se como senhor da vida pública na Alemanha. Nem queremos tão pouco negar a legitimidade do emprego da força para jugular movimentos subversivos contra a autoridade ou contra o Estado” (GOMES, 1934c, p.221). Tais notícias evidenciam as tensões que marcavam a relação e que, com o passar do tempo, foram se agravando. As cada vez mais incisivas investidas de Hitler contra a Igreja, que desrespeitavam abertamente as cláusulas da Concordata, contribuíram para isso:

(...) Recebido sem propósito e até com as simpatias de uma grande massa católica, ao tomar conta dos destinos do povo alemão, o nazismo encontrou do lado da Igreja todas as

facilidades para governar. A Santa Sé, convencida de que as organizações católicas na Alemanha, antigamente, não estavam de todo isentas do mal da intromissão indébita na vida política do país, não opôs nenhum obstáculo a que elas fossem dissolvidas e mostrou um grande espírito de conciliação ao negociar com o Governo nacional-socialista a Concordata que havia de regular, de futuro, as relações entre os poderes espiritual e temporal no ex-império germânico. Não obstante isto, os dirigentes da nova ordem de coisas instituída na Alemanha, com desprezo absoluto por sua palavra empenhada em um documento público como é uma Concordata, faltando a compromissos os mais solenes, fizeram da Igreja o alvo da sua animosidade e contra ela tem investido do modo o mais prepotente (...) (GOMES, 1936, p.127).

Os ataques nazistas à Igreja estavam chegando a nível alto demais para serem contornados.¹² Para a opinião católica brasileira, a relação da Igreja com o nazismo estava se esgarçando: ficava cada vez mais difícil conviver com as investidas totalitárias do regime. O aumento das tensões mudou paulatinamente a posição da revista. A partir de 1937 as notícias passam a ser de denúncia. Fala-se que o nazismo empregaria “ação, a mais radical e profunda possível com o fim de exterminar do povo a crença cristã” (GOMES, 1937, p.89). As “características eminentemente anticristãs e irrecusavelmente ateias do nacional-socialismo” (GOMES, 1938a, p. 284) passam a ser condenadas.

Foi por esta altura que o regime italiano começou a sofrer críticas mais decididas na revista. A percepção de que o fascismo poderia ser corrigido naquilo que fossem seus excessos tinha mantido a situação sob controle, mas seu alinhamento crescente com a Alemanha minou tal posição. À medida que Mussolini se aproximava de Hitler, se radicalizava. A fundação do Instituto da Raça e as expectativas sobre o ensino religioso indicavam “a adoção de princípios e de métodos que mais intimamente afeioam a Itália moderna à Alemanha descrestianizada e materialista de Hitler” (GOMES, 1938b, p. 580). A aproximação gerou insegurança nos autores da revista: o fascismo dava cada vez mais sinais de que não honraria seus compromissos com a Igreja. Ataques verborrágicos de membros do partido fascista a clérigos e a promoção de Farinacci, conhecido anticlerical,

¹²Vale lembrar que no começo de 1936 Hitler reprimiu duramente padres e membros da Ação Católica Alemã, tendo, inclusive, prendido o presidente da Juventude Católica, Monsenhor Wolker.

a cargo de ministro, fizeram com que os católicos se perguntassem: “que nos virá da Itália?” (GOMES, 1938c, p.82).

Aos poucos as dúvidas se dissiparam. Fixou-se cada vez mais a percepção de que havia “alguns fatos inquietantes da atualidade fascista, que podem levar à convicção de que a aproximação ítalo-germânica se faz ao preço do sacrifício da cordialidade das relações do Fascismo com o Papado, e mesmo do repúdio de condições claramente expressas e livremente consentidas do Tratado de Latrão.” (GOMES, 1938d, p. 276). A aposta na Concordata havia acabado: ela já não regulava os conflitos entre a Igreja e o fascismo. A erupção das tensões, somada por um lado à política expansionista da Itália e da Alemanha e por outro ao cada vez mais institucionalizado racismo, trouxeram a convicção de que tanto o regime italiano quanto o alemão haviam se descristianizado. Nos dois casos, a missão da Igreja estava comprometida: o desrespeito ao mundo espiritual prejudicava a salvação das almas. Se em algum momento os católicos imaginaram que poderiam conciliar com o nazifascismo, dominando seus ímpetos totalitários, agora os viam atentar contra as garantias de sua Igreja.

Conclusão

As relações entre a Igreja Católica e seu laicato, o nazismo e o fascismo italiano foram cercadas de apreensão e atenção pelos católicos ao redor do mundo. As páginas de *A Ordem* demonstram que no Brasil não foi diferente. Aqui o debate também aconteceu. Em meio a ovações, condenações, correções e ressalvas fica claro que a revista acompanhou o itinerário do problema. A opinião católica brasileira estava vigilante aos movimentos de sua Igreja e discutindo aquilo que era um novo fenômeno político mundial: o fascismo.

Se por um lado o fenômeno causava expectativa, por outro trazia ameaças. A negação da liberdade e da democracia como elementos fundamentais da vida política e social, acrescida da proposta de um Estado forte e corporativo, que eliminava o perigo comunista e resolvia a questão social sem ameaçar o capitalismo, eram propostas caras tanto à Igreja quanto ao nazifascismo e que certamente abriram comunicações entre eles. Tais similaridades, somadas à disposição de ambos em negociar suas agendas e abrandar suas críticas com vistas a atingir o poder ou com ele conviver, permitiram alguma forma de acomodação. Mesmo assim, havia os riscos. O principal deles era que o inchaço totalitário do Estado acabasse por engolir a Igreja ao ponto de destruí-la. O poder espiritual precisava ser resguardado das investidas do altamente ampliado poder temporal fascista. Caso contrário, a instituição eclesástica veria sua missão comprometida: ela estaria impossibilitada de arregimentar as consciências e salvar as almas.

O choque constante entre as duas posições determinou a dinâmica das relações do catolicismo com os fascismos. A assinatura das Concordatas foi vista como forma de pactuação que certamente ajudou a acenar alguma cooperação: os católicos acreditavam que elas poderiam absorver os aspectos mais radicais dos regimes, permitindo à Igreja manter suas atividades de redenção. Não foi o que aconteceu. Se em determinados momentos a situação permaneceu mais controlada, a tendência totalitária do nazifascismo, disposto a engolir todas as esferas da vida e ocupar todos os espaços sociais e políticos, gerou investidas contra a instituição eclesiástica. A relação foi marcada por continuada excitação e instabilidade, forma típica dos regimes fascistas, sempre dispostos a conceder garantias e quebrá-las quando podem. Ao final, a concepção total de poder não pôde respeitar a divisão entre esfera espiritual e temporal: nem os fascistas e nem a Igreja estavam dispostos a perder a supremacia pelo controle das consciências. Aquilo que parecia negociação das divergências com vistas à união promissora foi, aos poucos, migrando para posição de afastamento e condenação.

Bibliografia

- A ORDEM. Um perfil do Santo Padre. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.6, fev. 1930.
- A ORDEM. Igreja e Estado. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.17, ago. 1931.
- ACCIOLY, Hildebrando. A personalidade internacional do Papa. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.10, dez. 1930.
- ALVES, Márcio M. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979
- ARDUINI, Guilherme R. *Os Soldados de Roma contra Moscou: a atuação do Centro Dom Vital no cenário político e cultural brasileiro (Rio de Janeiro, 1922-1948)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2014.
- AMADO, Thiago da C. *Para a Glória de Deus e da Nação: o Integralismo, a Igreja Católica e o Laicato no Brasil dos anos 1930*. Curitiba: Appris, 2019.
- ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antisemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2014.
- ARDUINI, Guilherme R. *Em busca da Idade Nova: Alceu Amoroso Lima e os projetos católicos de organização social (1928-1945)*. São Paulo: EDUSP, 2015.
- AZZI, Riolando. *Os Pioneiros do Centro Dom Vital*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2003.
- CARVALHO, Rita. A Política Concordatária de PIO XI e PIO XII. In: MARTINS, Fernando. *Diplomacia e Guerra*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.
- CORNWELL, John. *O Papa de Hitler: a história secreta de Pio XII*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- COSTA, Alexandre. *Teologia e Política: A Ordem e o discurso de atualização político-social católico no Brasil, 1931-1958*. Campinas: Unicamp (Tese de Doutorado), 2010

- COUTROT, Aline. Religião e Política: In: REMOND, René. *Por uma história política*. Editora FGV, 2015
- DANTAS, San Tiago. Catolicismo e Fascismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n. 11, jan. 1931.
- DIAS, Romualdo. *Imagens da Ordem: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil 1922-1933*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- GFOLLNER, João M. O verdadeiro e o falso nacionalismo. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.41/42, jul/ago. 1933.
- GOMES, Perillo. A Questão Romana. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n. especial, mar. 1929.
- GOMES, Perillo. A Europa e a Igreja. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n. 6, fev. 1930.
- GOMES, Perillo. Telegrama ao Santo Padre. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.17, jul.1931a.
- GOMES, Perillo. Nacional-socialistas na Alemanha. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.15, maio. 1931b.
- GOMES, Perillo. O Centro Católico na Alemanha. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.31, set. 1932.
- GOMES, Perillo. A conciliação em Itália. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.45-46, nov/dez. 1933a.
- GOMES, Perillo. Nuvens no céu alemão. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.39/40, jun/jul. 1933b.
- GOMES, Perillo. A tática dos católicos alemães. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.35, jan. 1933c.
- GOMES, Perillo. O comunismo na Alemanha. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.39/40, jun/jul. 1933d.
- GOMES, Perillo. Bons propósitos de Hitler. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.43/44, set/out. 1933e.
- GOMES, Perillo. Hitler e os Católicos. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.39/40, jun/jul. 1933f.
- GOMES, Perillo. O corporativismo em Itália. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.47, jan. 1934a.
- GOMES, Perillo. A esterilização na Alemanha. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.47, jan. 1934b.
- GOMES, Perillo. A limpeza feita na Alemanha. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.55, set. 1934c.
- GOMES, Perillo. A perseguição nazista. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.77/78, jul/ago. 1936.
- GOMES, Perillo. A perseguição nazista à religião. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.13, jul. 1937.
- GOMES, Perillo. O nazismo e a oposição católica mundial. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.21, mar. 1938a.
- GOMES, Perillo. A guerra da Abissínia e a Itália. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.19, jun. 1938b.
- GOMES, Perillo. Que nos virá da Itália? *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.20, jul. 1938c.
- GOMES, Perillo. O contingente fascista. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n. 22, set. 1938d.
- HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

- LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus, 1986.
- PAXTON, Robert O. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- PIO XI. *Non Abbiamo Bisogno*. 1931. Disponível em: http://w2.vatican.va/content/pius-xi/es/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310629_non-abbiamo-bisogno.pdf;
Acesso em: 21 set. 2023.
- POLLARD, John. Fascism and Religion. In: PINTO, António C (Org) *Rethinking the Nature of Fascism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2011.
- LOPES, Osório. Judaísmo e Antijudaísmo na Alemanha. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.28, jun. 1932.
- KRISCHKE, Paulo J. *A Igreja e as crises políticas no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.
- LOSURDO, Domenico. Para uma crítica da categoria de totalitarismo. In: *Crítica Marxista*. Campinas, n. 17, 2006.
- MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MONTEIRO, Luiz A. R. Em defesa do direito de Associação. *A Ordem*. Rio de Janeiro, n.15, set. 1937
- MOURA, Carlos A. S. *Histórias Cruzadas: debates intelectuais católicos no Brasil e em Portugal durante o movimento de Restauração Católica (1910-1942)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2015.
- RODRIGUES, Cândido M. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos, 1934-1945*. Belo Horizonte: Autêntica/FAPESP, 2005.
- RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele. *Catolicismos e sociabilidade intelectual no Brasil e na Argentina*. Cuiabá (MT): EdUFMT, 2013.
- RODRIGUES, Cândido; ZANOTTO, Gizele; CALDEIRA, Rodrigo C. *Manifestações do pensamento católico na América do Sul*. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.
- VELOSO, Monica Pimenta V. A ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica. In: *Revista de Ciência Política*. Rio de Janeiro: V. 21, n. 3. 1978.
- TRAVERSO, Enzo. *El Totalitarismo: historia de un debate*. Buenos Aires: EDUEBA, 2011.